



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS, CONFORME DEMANDA, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ART. 74, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/2021).
PROCEDIMENTO AUXILIAR: CREDENCIAMENTO (ART. 78, INCISO I, ART. 79 DA LEI Nº 14.133/2021).

INÍCIO DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO: 22/01/2026.

PRAZO DE CREDENCIAMENTO: PERMANENTE DURANTE A VIGÊNCIA DO EDITAL, QUE SERÁ DE ATÉ 60 (SESENTA) MESES (ART. 79, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021).

FORMA DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: COM SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS (art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021).

1. PREÂMBULO:

1.1. A Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, por meio da responsável pelos Processos de Contratação Direta, designada pela Portaria nº 253/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento auxiliar de Credenciamento, na forma presencial, fundamentado na inexigibilidade de licitação, com o objetivo de laboratórios de análises clínicas para a prestação de serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, conforme especificado neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Termo de Credenciamento a ser firmado com os interessados terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, Decreto Municipal nº 06 de



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

16/01/2024, Decreto Municipal nº 07 de 16/01/2024, Decreto Municipal nº 08 de 16/01/2024, Decreto Municipal nº 09 de 16/01/2024, Decreto Municipal nº 12, de 16/01/2024, Decreto Municipal nº 17, de 14/02/2024, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos.

2.2. A Comissão de Contratação, conduzirá esse certame, conforme Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

2.3. O edital em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Conforme Inciso XLIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica estabelecido que:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;”

2.4.1. Conforme art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;”

2.5. O edital e seus anexos poderão ser baixados por *download* nos sítios www.novobarreiro.rs.gov.br ou no licitacon, ou ainda obtidos junto ao Setor de Licitações do Município de Novo Barreiro/RS.

2.6. O envelope contendo o requerimento de participação e a documentação da licitante interessada em participar da Inexigibilidade de Licitação, através de Procedimento Auxiliar de Credenciamento, deverá ser entregue no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, sito no Centro Administrativo Municipal, na Avenida São João Batista, 415, Bairro Centro, neste Município, CEP: 98.338-000, neste Município, a qualquer momento durante o prazo de credenciamento, que será de 12 (doze) meses.

2.7. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, pelo telefone (55)3757-1100 ou no endereço eletrônico prefeituranovobarreiro@hotmail.com, no horário compreendido entre as 08h00 as 12h00 e das 13h00min às 17h00min.

2.8. Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório.

2.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação do requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, sendo que o Município de Novo Barreiro/RS, não será, em nenhum caso,



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.10. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

2.11. A prestação dos serviços deverá ter início no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.

3. DA REALIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO NA FORMA PRESENCIAL:

3.1. Conforme disposto no Termo de Referência (Inciso II do art. 18 da Lei nº 14.133/2021), e com base no art. 176 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

“Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei; (grifo nosso)

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.”

4. DO OBJETO:

4.1. Constitui-se objeto do presente edital, o **CREDENCIAMENTO de Laboratórios de Análises Clínicas para a prestação de serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, conforme demanda, com vistas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Novo Barreiro/RS**, conforme descrito no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Requisitante e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo:

Item	Descrição	Quantidade / Unidade	Preço pago Por exame	CÓD. PCA
1.	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	4179
2.	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS) MC.	100 unidades	R\$ 3,63	4180
3.	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS) MC.	100 unidades	R\$ 10,00	4181
4.	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	4182
5.	DOSAGEM DE AMILASE MC.	180 unidades	R\$ 1,85	4183
6.	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES MC.	350 unidades	R\$ 2,01	4184



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

7.	DOSAGEM DE CÁLCIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4185
8.	DOSAGEM DE CÁLCIO LONIZÁVEL MC.	160 unidades	R\$ 3,51	4186
9.	DOSAGEM DE CLORETO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4187
10.	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL MC.	140 unidades	R\$ 3,51	4188
11.	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL MC.	380 unidades	R\$ 3,51	4189
12.	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL MC.	380 unidades	R\$ 1,85	4190
13.	DOSAGEM DE COLINESTERASE MC.	380 unidades	R\$ 3,68	4191
14.	DOSAGEM DE CREATININA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4192
15.	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) MC.	400 unidades	R\$ 3,68	4193
16.	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB MC.	140 unidades	R\$ 4,12	4194
17.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	4195
18.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	4196
19.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA MC.	100 unidades	R\$ 4,12	4197
20.	DOSAGEM DE FERRITINA MC.	100 unidades	R\$ 15,59	4198
21.	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO MC.	130 unidades	R\$ 3,68	4199
22.	DOSAGEM DE FOLATO MC.	150 unidades	R\$ 15,65	4200
23.	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4201
24.	DOSAGEM DE FÓSFORO MC.	160 unidades	R\$ 2,01	4202
25.	DOSAGEM DE GRAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GRAMA GT) MC 3,51.	100 unidades	R\$ 3,51	4203
26.	DOSAGEM DE GLICOSE MC 1,85.	250 unidades	R\$ 1,85	4204
27.	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA MC.	380 unidades	R\$ 7,86	4205



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

28.	DOSAGEM DE LÍPASE MC.	180 unidades	R\$ 2,25	4206
29.	DOSAGEM DE MAGNÉSIO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	4207
30.	DOSAGEM DE POTÁSSIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4209
31.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS MC.	200 unidades	R\$ 1,40	4210
32.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4211
33.	DOSAGEM DE SÓDIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4212
34.	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO – OXALACETICA (TGO) MC.	300 unidades	R\$ 2,01	4213
35.	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO – PIRUVICA (TGP) MC.	300 unidades	R\$ 2,01	4114
36.	DOSAGEM DE TRANSFERRINA MC.	320 unidades	R\$ 4,12	4215
37.	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS MC.	320 unidades	R\$ 3,51	4216
38.	DOSAGEM DE URÉIA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	4217
39.	DOSAGEM DE VITAMINA B12 MC	110 unidades	R\$ 15,24	4218
40.	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS MC.	100 unidades	R\$ 4,42	4219
41.	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D MC.	110 unidades	R\$ 15,24	4220
42.	CONTAGEM DE PLAQUETAS MC.	250 unidades	R\$ 2,73	4221
43.	CONTAGEM DE RETICULOCITOS MC.	100 unidades	R\$ 2,73	4222
44.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO MC.	120 unidades	R\$ 2,73	4223
45.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO – DUKE MC.	100 unidade	R\$ 2,73	4224
46.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA MC.	100 unidade	R\$ 2,85	4225
47.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) MC.	120 unidades	R\$ 5,77	4226
48.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) MC.	110 unidades	R\$ 2,73	4227
49.	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS) MC.	200 unidades	R\$ 2,73	4228



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

50.	DOSAGEM DE FIBRINOGENÍO MC.	110 unidades	R\$ 2,73	4229
51.	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA MC.	100 unidades	R\$ 1,53	4230
52.	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA MC.	100 unidades	R\$ 5,41	4231
53.	HEMOGRAMA COMPLETO MC.	550 unidades	R\$ 5,41	4232
54.	PROVA DE RETRAÇÃO DO COÁGULO MC.	100 unidades	R\$ 2,73	4233
55.	PROVA DO LAÇO MC.	100 unidades	R\$ 2,73	4234
56.	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE MC.	100 unidades	R\$ 2,83	4235
57.	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA MC.	100 unidades	R\$ 9,25	4236
58.	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA MC.	110 unidades	R\$ 15,06	4237
59.	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) MC.	100 unidades	R\$ 16,42	4238
60.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA) MC.	100 unidades	R\$ 17,16	4239
61.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) MC.	100 unidades	R\$ 9,25	4240
62.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM) MC.	100 unidades	R\$ 17,16	4241
63.	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA MC.	200 unidades	R\$ 2,83	4242
64.	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA) MC.	110 unidades	R\$ 10,00	4243
65.	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILIREOGLOBULINA MC.	100 unidades	R\$ 17,16	4244
66.	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4245
67.	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4246
68.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS MC.	100 unidades	R\$ 15,00	4247
69.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA MC.	110 unidades	R\$ 16,97	4248
70.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4249



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

71.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAVIGG) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4250
72.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA MC.	100 unidades	R\$ 17,16	4251
73.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS MC.	100 unidades	R\$ 11,61	4252
74.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	4253
75.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA MC.	110 unidades	R\$ 18,55	4254
76.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA AMTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM) MC.	100 unidades	R\$ 10,00	4255
77.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4256
78.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAVIGG) MC.	100 unidades	R\$ 20,00	4257
79.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUUBÉOLA MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4258
80.	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIÓNARIO (CEA) MC.	110 unidades	R\$ 17,16	4259
81.	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) MC.	100 unidades	R\$ 13,35	4260
82.	PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (WAALER – ROSE) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	4261
83.	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO – ESPECÍFICA MC.	100 unidades	R\$ 4,10	4262
84.	TESTE DE VDRL P/DETECCÇÃO DE SÍFILIS MC.	110 unidades	R\$ 9,25	4263
85.	TESTE FTA – ABS IGG P/DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	4264
86.	TESTE FTA – ABS IGM P/DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	4265
87.	VDRL P/DETECCÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE MC.	100 unidades	R\$ 2,83	4266
88.	DOSAGEM DE GORDURA FECAL MC.	100 unidades	R\$ 3,04	4267
89.	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA) MC.	100 unidades	R\$ 1,65	4268
90.	PESQUISA DE GORDURA FECAL MC.	110 unidades	R\$ 1,65	4269
91.	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES MC.	100 unidades	R\$ 1,65	4270



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

92.	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS MC.	160 unidades	R\$ 1,65	4271
93.	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES MC.	130 unidades	R\$ 1,65	4272
94.	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA MC.	350 unidades	R\$ 3,70	4273
95.	CLEARANCE DE CREATININA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	4274
96.	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA MC.	100 unidades	R\$ 8,12	4275
97.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS) MC.	100 unidades	R\$ 2,04	4276
98.	DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3 MC.	100 unidades	R\$ 12,54	4277
99.	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA MC.	100 unidades	R\$ 11,53	4278
100.	DOSAGEM DE CALCITONINA MC.	100 unidades	R\$ 14,38	4279
101.	DOSAGEM DE CORTISOL MC.	100 unidades	R\$ 9,86	4280
102.	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA) MC.	100 unidades	R\$ 11,25	4281
103.	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT) MC.	100 unidades	R\$ 11,71	4282
104.	DOSAGEM DE ESTRADIOL MC.	100 unidades	R\$ 10,15	4283
105.	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA, HCG) MC.	100 unidades	R\$ 7,85	4284
106.	DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH) MC.	100 unidades	R\$ 10,21	4285
107.	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH) MC.	120 unidades	R\$ 7,89	4286
108.	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH) MC.	100 unidades	R\$ 8,97	4287
109.	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH) MC.	100 unidades	R\$ 8,96	4288
110.	DOSAGEM DE INSULINA MC.	100 unidades	R\$ 10,17	4289
111.	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO MC.	100 unidades	R\$ 43,13	4290
112.	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C MC.	100 unidades	R\$ 15,35	4291



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

113.	DOSAGEM DE PROGESTERONA MC.	100 unidades	R\$ 10,22	4292
114.	DOSAGEM DE PROLACTINA MC.	100 unidades	R\$ 10,15	4293
115.	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1) MC.	100 unidades	R\$ 15,35	4294
116.	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS) MC.	100 unidades	R\$ 13,11	4295
117.	DOSAGEM DE TESTOSTERONA MC.	100 unidades	R\$ 10,43	4296
118.	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE MC.	100 unidades	R\$ 13,11	4297
119.	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA MC.	100 unidades	R\$ 15,35	4298
120.	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) MC.	100 unidades	R\$ 8,76	4299
121.	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) MC.	100 unidades	R\$ 11,60	4300
122.	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) MC.	100 unidades	R\$ 8,71	4301
123.	DOSAGEM DE ZINCO MC.	130 unidades	R\$ 15,65	4302
124.	ANTIBIOGRAMA MC.	100 unidades	R\$ 4,98	4303
125.	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA MC.	100 unidades	R\$ 13,33	4304
126.	BACTEROSCOPIA (GRAM) MC.	100 unidades	R\$ 2,80	4305
127.	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO MC.	120 unidades	R\$ 5,62	4306
128.	DETERMINAÇÃO DIRETA E RESERVA DE GRUPO ABO MC.	100 unidades	R\$ 1,37	4307
129.	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) MC.	200 unidades	R\$ 1,37	4308
130.	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) MC.	120 unidades	R\$ 2,73	4309

4.2. As quantidades e valores apresentados possuem caráter meramente estimativo, servindo apenas como referência para planejamento orçamentário e previsão de recursos públicos. Não constituem, em nenhuma hipótese, garantia, obrigação ou compromisso da Administração Pública quanto à contratação total ou parcial dos serviços listados. Essa condição decorre do disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e da própria natureza do procedimento de credenciamento, que admite a contratação mediante seleção a critério de



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

terceiros, hipótese em que a escolha do prestador é realizada diretamente pelo beneficiário da prestação — no presente caso, os pacientes.

4.3. A Credenciada somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados efetivamente prestados, previamente encaminhados e autorizados pela Secretaria Requisitante.

4.4. Não há, por parte do Município de Novo Barreiro/RS, obrigatoriedade ou garantia de um número mínimo de serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados serem executados.

4.5. O número de serviços/mês poderá variar, conforme a necessidade da Secretaria Requisitante.

4.6. Após a formalização do Termo de Credenciamento, havendo mais de uma empresa Credenciada, a escolha e seleção se dará conforme o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.

4.7. Para a realização dos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, a empresa Credenciada deverá disponibilizar Ponto de Coleta, com estrutura adequada e acessível aos usuários, localizado no Município de Novo Barreiro/RS, em sua área urbana.

4.7.1. A comprovação da existência de local adequado se dará mediante a apresentação do respectivo alvará e licença sanitária, **condição indispensável para assinatura do Termo de Credenciamento.**

4.8. Serão credenciadas todas as empresas que atendam aos critérios fixados neste edital e seus anexos.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação.

5.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de Termo de Credenciamento/contrato, direta ou indiretamente, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

a. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a.1. O impedimento de que trata a alínea “a” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

b. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

c. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

d. Empresa estrangeira que não funcione no País;

e. Agente público do órgão ou entidade licitante.

5.2. Empresas que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

6. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS:

6.1. A realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, através de Procedimento Auxiliar de Credenciamento, estará a cargo da Administração, através da Responsável pelos Processos de Contratação Direta e a Comissão de Contratação.

6.2. É de responsabilidade da licitante, além de credenciar-se, cumprir as regras deste edital.

6.3. O envelope contendo os documentos de habilitação e o requerimento de participação da licitante, entregue devidamente lacrado, será recebido pela Comissão de Contratação, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, sito a Avenida São João Batista, 415, Bairro Centro, CEP: 98.338-000, neste Município, devendo conter na parte frontal a seguinte inscrição:

À Prefeitura Municipal de Novo Barreiro

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do Proponente:

CNPJ Nº:

6.4. Os documentos de habilitação e o requerimento de participação podem ser apresentados por cópia autenticada em tabelionato, em original acompanhados das suas cópias para serem autenticados pelo servidor encarregado ou assinados através de Certificado Digital.

6.4.1. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Contratação, para efeito de comprovação de sua autenticidade.

6.5. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

6.6. A Pessoa Jurídica poderá se credenciar a qualquer momento durante o período de Credenciamento.

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pela Responsável pelos Processos de Contratação Direta e Comissão de Contratação, conforme Portaria nº 253/2025.

7.2. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I. Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II. Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre Pessoa Físicas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III. Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

7.2.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2.2. As vedações do subitem 7.2.1. estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de Pessoa Física que preste assessoria técnica.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

8.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimento ou de impugnação ao Edital de Inexigibilidade de Licitação - Procedimento Auxiliar de Credenciamento a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento.

8.2. O pedido de esclarecimento ou de impugnação ao Edital, deve ser endereçado a Comissão de Contratação, sendo entregues pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, sito no Centro Administrativo Municipal, na Avenida São João Batista, 415, Bairro Centro, neste Município, CEP: 98.338-000, neste Município, ou através do e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com.

8.3. Caberá a Comissão de Contratação, analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.4. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

8.5. O acolhimento do pedido de esclarecimento ou de impugnação exige, desde que implique em modificações no Edital de Inexigibilidade de Licitação - Procedimento Auxiliar de Credenciamento, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de novo período de credenciamento.

9. DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO:

9.1. O requerimento de participação do licitante deverá ser apresentado, datilografado ou impresso por meio eletrônico em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, nos moldes do **Anexo I** deste edital, e deverá



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

conter a razão social completa da empresa, endereço atualizado, número do CNPJ, telefone/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos.

9.2. A descrição da prestação dos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados para os pacientes, seus quantitativos, valores, prazos, são obrigatoriamente os previstos neste Edital e no termo de Referência.

9.3. O requerimento de participação poderá ser corrigido automaticamente pela Comissão de Contratação, caso contenha erros materiais.

9.4. A Comissão de Contratação poderá, no julgamento do requerimento de participação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

9.5. A apresentação de requerimento de participação implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

9.6. A apresentação de requerimento de participação implica na aceitação do valor proposto, sendo este considerado completo e suficiente para a execução dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte do(a) credenciado(a).

9.7. A credenciada deverá arcar com todos os encargos previdenciário, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributários, seguros, tarifas, e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o serviço, objeto deste edital.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

10.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

10.2. Após o encaminhamento dos documentos para habilitação, será permitido a licitante a substituição, complementação ou a apresentação de novos documentos, no prazo de máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encaminhamento da solicitação pela Comissão de Contratação, nas hipóteses de:

a) complementação ou substituição acerca dos documentos já apresentados pela licitante;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

10.3. Os documentos de habilitação, serão examinados pelo Comissão de Contratação.

10.4. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

10.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Inciso I, art. 62 e art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a. Certidão Simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual; ou

b. Cópia do respectivo Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c. Cópia da cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário individual.

10.6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Inciso III, art. 62 e art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

d. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

e. Certificado de Regularidade (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

f. Certidão Negativa Trabalhista;

g. Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). Emissão através de: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

10.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Inciso IV, art. 62 e arts. 69 e 70 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

a.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL (Inciso II, art. 62 e art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021):



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

- a. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços de análises clínicas ou coleta de material biológico, compatíveis em natureza e complexidade com o objeto do credenciamento;
- b. Comprovação de registro ativo no Conselho Regional de Farmácia (CRF) e indicação do responsável técnico legalmente habilitado;
- c. Licença sanitária de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária competente, válida para o laboratório; e, se já existente, para o ponto de coleta;
- d. Declaração formal, de que o laboratório **possui Ponto de Coleta**, com estrutura adequada e acessível aos usuários, localizado no Município de Novo Barreiro/RS, em sua área urbana; **ou**
- e. Declaração formal, de que o laboratório **se compromete a instalar Ponto de Coleta**, com estrutura adequada e acessível aos usuários, localizado no Município de Novo Barreiro/RS, em sua área urbana, **antes da assinatura do contrato**;
- e.1. A comprovação efetiva da instalação do ponto de coleta no Município de Novo Barreiro/RS, se dará mediante apresentação do respectivo alvará e licença sanitária, **condição indispensável para assinatura do contrato**;
- f. Declaração de que a empresa mantém estrutura física, equipamentos, insumos e equipe técnica qualificada, suficientes para garantir a execução dos serviços em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações pertinentes.

10.6.5. DEMAIS DOCUMENTOS:

- a. Declaração Conjunta, conforme modelo do **ANEXO II**, de que:
 - a.1. Não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;
 - a.2. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - a.3. Que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no Art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração;
 - a.4. Conhece e se submete às condições contidas no Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, bem como, verificou todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que fazem parte do certame;
 - a.5. Tem ciência de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes na proposta apresentada, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do objeto;
 - a.6. Não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
 - a.7. Concorda com todas as condições do Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, sem restrições de qualquer natureza e de que, caso vencedora



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

da Licitação, executará o fornecimento pelo preço proposto e de acordo com as normas desta Licitação;

a.8. Tomou CONHECIMENTO de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas à contratação;

a.9. Compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

a.10. Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

10.7. Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta de indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da documentação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas as hipóteses de a Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

11. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Contratação, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do envelope.

11.2. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

11.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

11.4. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

11.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO:

12.1 Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

12.2 A Ata do processo de análise de credenciamento e o resultado final serão homologados pela Prefeita Municipal.

12.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (e-mail informado no Requerimento de Credenciamento) e publicação no Site do Município.

12.4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do site www.novobarreiro.rs.gov.br e publicada no licitacon.

12.5 Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação.

12.5.1. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

13. DOS RECURSO E/OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

13.1. O interessado não habilitado/credenciado, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Contratação, via correio eletrônico (e-mail informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Site do Município de Novo Barreiro/RS.

13.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão de Contratação e protocolado junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, sito no Centro Administrativo Municipal, na Avenida São João Batista, 415, Bairro Centro, neste Município, CEP: 98.338-000, neste Município, ou através do e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com.

13.3. Na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante poderá interpor recurso, ainda, no prazo de 03 (três) dias úteis, em face de:

- a. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b. julgamento das propostas;
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d. anulação ou revogação da licitação.

13.4. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 13.2, serão observadas as seguintes disposições:

I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei, da ata de julgamento;

II. A apreciação dar-se-á em fase única.

13.5. Cabe ainda, pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

13.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

13.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 (*que são, respectivamente, advertência, multa e impedimento de licitar e contratar*), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.8.1. O recurso de que trata subitem 13.8 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.9. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 (*declaração de inidoneidade para licitar ou contratar*) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.10. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente ou Comissão de Contratação será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO (arts. 89, 90, 91 e 105 a 107 da Lei Federal nº 14.133/2021):

14.1. Após a habilitação da Licitante, a mesma será convocada para assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

14.2. A Administração poderá encaminhar o Termo de Credenciamento para assinatura ou aceite da Credenciada, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado ou aceite no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.3. Conforme art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Credenciamento regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14.4. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado na forma do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5. O Termo de Credenciamento e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

15. DO REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da planilha de formação de preços.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

15.3. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA ou IGP-M, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado (data da planilha de formação de preços), nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Município pagará à Credenciada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer formão possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.9. Caso a Credenciada pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Credenciamento, fica o Município obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

15.9.1. O não cumprimento do prazo constante no item 15.9 não implica em deferimento do pedido por parte do Município.

15.9.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

15.9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante vigência do Termo de Credenciamento.

16. DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

16.1. Eventuais alterações no Termo de Credenciamento reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a Credenciada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Credenciamento.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Credenciamento.

16.4. Conforme estabelecido no art. 130 da Lei nº 14.133/2021, caso haja alteração unilateral do Termo de Credenciamento que aumente ou diminua os encargos da Credenciada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16.5. A extinção do Termo de Credenciamento não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

16.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Termo de Credenciamento e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

16.7. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela Credenciada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do Termo de Credenciamento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.8. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio Termo de Credenciamento;
- b. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Termo de Credenciamento;
- c. Alterações na razão ou na denominação social da contratada;
- d. Empenho de dotações orçamentárias.

17. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO:

17.1. O Município poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I – Pedido formalizado pela Credenciada;

II – Perda das condições de habilitação da Credenciada;

III – Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pela Credenciada;

IV – Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao Credenciamento.

17.1.1. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item 17.1. não desincumbirá a Credenciada do cumprimento de eventuais Termos de Credenciamento assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

17.1.2. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, do item 17.1, além do descredenciamento a Credenciada estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o Credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional da Credenciada, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.3. Quando houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso a Credenciada não regularize a sua situação.

17.4. O Município poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

18. DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

18.1. Constituirão motivos para a extinção do Termo de Credenciamento, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

18.2. A extinção do Termo de Credenciamento poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê deresolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência.

18.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c. Indenizações e multas.

19. DO PAGAMENTO (arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021):

19.1. Os serviços prestados pelas Credenciadas serão remunerados de acordo com os valores constantes da tabela disposta no item 4.1.

19.2. O pagamento será em moeda corrente nacional, sendo realizado até o 20º (vigésimo) dia do mês subseqüente ao da prestação dos serviços, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Credenciada.

19.3. A Credenciada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, o número de sua conta corrente, o Banco e a respectiva Agência, além de mencionar que os serviços se referem ao CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

19.3.1. O CNPJ da Credenciada constante na Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo administrativo.

19.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão Credenciante atestar a execução dos serviços.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao Credenciamento, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Credenciada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Credenciante.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

19.6. O Município efetuará as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, quando for o caso.

19.6.1. A Credenciada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.7. A inadimplência da Credenciada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Órgão Credenciante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar os serviços credenciados.

19.8. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada no que se refere à habilitação e qualificação exigidas, bem como na execução do objeto.

19.9. Não será efetuado qualquer pagamento à Credenciada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, caso a compensação entre a sanção e o valor a ser pago não seja suficiente para saldar aquela, hipótese esta que primeiro será realizada a compensação.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. A execução do Termo de Credenciamento será acompanhada e fiscalizada por Servidor, representante da Administração, especialmente designado mediante Portaria, como Fiscal, e conforme requisitos estabelecidos no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

20.2. O fiscal do Termo de Credenciamento anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

20.3. O fiscal do Termo de Credenciamento informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

20.4. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

20.5. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no subitem 20.1, deverão ser observadas as seguintes regras:

a. A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

b. A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade do fiscal, nos limites das informações recebidas do terceiro.

20.6. A Credenciada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Credenciamento em que se



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

20.7. A Credenciada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Termo de Credenciamento, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

20.8. Somente a Credenciada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Credenciamento.

20.8.1. A inadimplência da Credenciada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais, ambientais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Termo de Credenciamento.

20.9. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos Termos de Credenciamento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Termo de Credenciamento.

20.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

20.10. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

20.11. O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por ocasião do acompanhamento, fiscalização, e/ou inexecução do objeto.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

21.1. Não haverá exigência de Garantia contratual, porém a empresa credenciada deverá observar a plena obediência a todas as normas e legislações específicas vigentes.

22. DA DOTAÇÃO:

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

22.2. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Novo Barreiro/RS, para o exercício de 2026, nas seguintes dotações:

05-Secretaria Municipal da Saúde		
0501 10 301 0109 2035 – Manutenção da Secretaria de Saúde...		
0501 10 301 0109 2035 33933900000000 1500 0 – Outros serviços	Saldo:	R\$ 0.00
05-Secretaria Municipal de Saúde		
0501 10 302 0112 2041 - Media/Alta/Com...		
0501 10 302 0112 2041 33933900000000 1500 0 – Outros Serviços	Saldo:	R\$ 500,00
05-Secretaria Municipal de Saúde...		
0502 10 302 0112 2041 - Media/Alta/Com...		
0502 10 302 0112 2041 33933900000000 1600 0 – Outros Serviços	Saldo:	R\$ 60.818,75



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

22.3. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

23. DAS SANÇÕES:

23.1. Conforme previsto no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, a Credenciada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A sanção prevista no inciso I do subitem 23.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.5. A sanção prevista no inciso II do subitem 23.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 23.1.

23.6. A sanção prevista no inciso III do subitem 23.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V do subitem 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.7. A sanção prevista no inciso IV do subitem 23.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 23.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 23.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 23.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.7.1. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 23.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

23.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 23.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

23.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24. ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO:

24.1. A autoridade superior, conforme disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá:

- a. Solicitar o saneamento de irregularidades no processo;
- b. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

24.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

24.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

25.2. Será divulgado no site do Município, no endereço eletrônico <http://www.novobarreiro.rs.gov.br>, qualquer alteração que importe em modificação dos termos deste Edital, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos, devendo os interessados monitorarem tais alterações

25.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e o e-mail.

25.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, assinados através de Certificado Digital, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

25.5. A Administração Municipal poderá anular ou revogar a Licitação, nos casos previstos em Lei, sem que, por este motivo, tenham os participantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

25.6. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o valor poderá ser alterado, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

25.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

25.8. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

25.9. Qualquer omissão referente ao teor do Edital deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

26. CRITÉRIOS DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS:

26.1. A Lei nº 14.133/2021 define o **credenciamento** como o procedimento administrativo de chamamento público pelo qual a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, atendidos os requisitos exigidos, sejam habilitados a executar o objeto quando convocados (art. 6º, inciso XLIII).

26.2. Nesse modelo, não há competição em sentido estrito, pois todos os interessados que atenderem aos requisitos poderão ser credenciados, garantindo-se ampla participação.

26.3. Considerando a hipótese prevista no artigo 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 – em que a seleção do contratado fica a critério do beneficiário direto da prestação – fica estabelecido que, no presente chamamento, a escolha da empresa contratada será realizada pelos pacientes **beneficiados**, que indicarão, entre as credenciadas, aquela de sua preferência para a execução dos serviços.

26.4. Será assegurada a igualdade de tratamento entre todas as empresas credenciadas, oportunizando que todos possam ser escolhidos pelos pacientes ao longo do período de vigência do credenciamento.

26.5. A relação das empresas credenciadas será publicada no site oficial do Município de Novo Barreiro (www.novobarreiro.rs.gov.br) e no sistema Licitacon, para consulta das beneficiárias e da Administração.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

26.6. A empresa escolhida deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal expedida pelo Município.

26.6.1. O não atendimento ao prazo estipulado para início dos serviços implicará na realocação do chamado para outra credenciada, conforme nova escolha dos pacientes.

26.6.2. A empresa que deixar de atender ao chamado em **duas oportunidades consecutivas** será automaticamente excluída do credenciamento.

26.7. A Comissão de Contratação poderá publicar, periodicamente, atualizações da lista de credenciados, de forma a incluir novos interessados e garantir a continuidade da prestação dos serviços.

27. ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I – Modelo Requerimento;

ANEXO II – Modelo Declaração Conjunta;

ANEXO III – Minuta Termo de Credenciamento/Contrato.

Novo Barreiro/RS, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

LUANA DA SILVA CONCEIÇÃO
Comissão de contratação

ELISAMA RODRIGUES DA SILVA
Comissão de contratação



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

ANEXO I
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO
(modelo)

Nome da empresa (razão social): ...

Endereço: ...

Cidade: ...

UF: ...

CEP:...

CNPJ nº ...

Telefone/: ...

E-mail: ...

Responsável pela assinatura do Termo de Credenciamento/contrato:

Nome: ...

E-mail: ...

Cargo/função: ...

Telefone: ...

Vimos através deste encaminhar Requerimento de solicitação para Credenciamento no âmbito da Inexigibilidade de Licitação – Procedimento Auxiliar de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o **Credenciamento de laboratórios de análises clínicas para a prestação de serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, conforme demanda, com vistas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Novo Barreiro/RS**, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Quantidade/ Unidade	Preço pago Por exame R\$	
			Unitário	Total
1.	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	
2.	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS) MC.	100 unidades	R\$ 3,63	
3.	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS) MC.	100 unidades	R\$ 10,00	
4.	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	
5.	DOSAGEM DE AMILASE MC.	180 unidades	R\$ 1,85	
6.	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES MC.	350 unidades	R\$ 2,01	
7.	DOSAGEM DE CÁLCIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
8.	DOSAGEM DE CÁLCIO LONIZÁVEL MC.	160 unidades	R\$ 3,51	
9.	DOSAGEM DE CLORETO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
10.	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL MC.	140 unidades	R\$ 3,51	
11.	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL MC.	380 unidades	R\$ 3,51	



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

12.	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL MC.	380 unidades	R\$ 1,85	
13.	DOSAGEM DE COLINESTERASE MC.	380 unidades	R\$ 3,68	
14.	DOSAGEM DE CREATININA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
15.	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) MC.	400 unidades	R\$ 3,68	
16.	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB MC.	140 unidades	R\$ 4,12	
17.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	
18.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	
19.	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA MC.	100 unidades	R\$ 4,12	
20.	DOSAGEM DE FERRITINA MC.	100 unidades	R\$ 15,59	
21.	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO MC.	130 unidades	R\$ 3,68	
22.	DOSAGEM DE FOLATO MC.	150 unidades	R\$ 15,65	
23.	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
24.	DOSAGEM DE FÓSFORO MC.	160 unidades	R\$ 2,01	
25.	DOSAGEM DE GRAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GRAMA GT) MC 3,51.	100 unidades	R\$ 3,51	
26.	DOSAGEM DE GLICOSE MC 1,85.	250 unidades	R\$ 1,85	
27.	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA MC.	380 unidades	R\$ 7,86	
28.	DOSAGEM DE LÍPASE MC.	180 unidades	R\$ 2,25	
29.	DOSAGEM DE MAGNÉSIO MC.	100 unidades	R\$ 2,01	
30.	DOSAGEM DE POTÁSSIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
31.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS MC.	200 unidades	R\$ 1,40	
32.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
33.	DOSAGEM DE SÓDIO MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
34.	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO – OXALACETICA (TGO) MC.	300 unidades	R\$ 2,01	
35.	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO – PIRUVICA (TGP) MC.	300 unidades	R\$ 2,01	
36.	DOSAGEM DE TRANSFERRINA MC.	320 unidades	R\$ 4,12	
37.	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS MC.	320 unidades	R\$ 3,51	
38.	DOSAGEM DE URÉIA MC.	100 unidades	R\$ 1,85	
39.	DOSAGEM DE VITAMINA B12 MC	110 unidades	R\$ 15,24	
40.	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS MC.	100 unidades	R\$ 4,42	
41.	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D MC.	110 unidades	R\$ 15,24	
42.	CONTAGEM DE PLAQUETAS MC.	250 unidades	R\$ 2,73	
43.	CONTAGEM DE RETICULOCITOS MC.	100 unidades	R\$ 2,73	
44.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO MC.	120 unidades	R\$ 2,73	
45.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO – DUKE MC.	100 unidade	R\$ 2,73	
46.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA MC.	100 unidade	R\$ 2,85	



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

47.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) MC.	120 unidades	R\$ 5,77	
48.	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) MC.	110 unidades	R\$ 2,73	
49.	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO (VHS) MC.	200 unidades	R\$ 2,73	
50.	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO MC.	110 unidades	R\$ 2,73	
51.	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA MC.	100 unidades	R\$ 1,53	
52.	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA MC.	100 unidades	R\$ 5,41	
53.	HEMOGRAMA COMPLETO MC.	550 unidades	R\$ 5,41	
54.	PROVA DE RETRAÇÃO DO COÁGULO MC.	100 unidades	R\$ 2,73	
55.	PROVA DO LAÇO MC.	100 unidades	R\$ 2,73	
56.	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE MC.	100 unidades	R\$ 2,83	
57.	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA MC.	100 unidades	R\$ 9,25	
58.	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA MC.	110 unidades	R\$ 15,06	
59.	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) MC.	100 unidades	R\$ 16,42	
60.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA) MC.	100 unidades	R\$ 17,16	
61.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) MC.	100 unidades	R\$ 9,25	
62.	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM) MC.	100 unidades	R\$ 17,16	
63.	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA MC.	200 unidades	R\$ 2,83	
64.	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA) MC.	110 unidades	R\$ 10,00	
65.	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILIREOGLOBULINA MC.	100 unidades	R\$ 17,16	
66.	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
67.	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
68.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS MC.	100 unidades	R\$ 15,00	
69.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA MC.	110 unidades	R\$ 16,97	
70.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
71.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAVIGG) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
72.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA MC.	100 unidades	R\$ 17,16	
73.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS MC.	100 unidades	R\$ 11,61	
74.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	
75.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA MC.	110 unidades	R\$ 18,55	



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

76.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA AMTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM) MC.	100 unidades	R\$ 10,00	
77.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
78.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAVIGG) MC.	100 unidades	R\$ 20,00	
79.	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUUBÉOLA MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
80.	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIÓNARIO (CEA) MC.	110 unidades	R\$ 17,16	
81.	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) MC.	100 unidades	R\$ 13,35	
82.	PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (WAALER – ROSE) MC.	100 unidades	R\$ 18,55	
83.	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO – ESPECÍFICA MC.	100 unidades	R\$ 4,10	
84.	TESTE DE VDRL P/DETECCÃO DE SÍFILIS MC.	110 unidades	R\$ 9,25	
85.	TESTE FTA – ABS IGG P/DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	
86.	TESTE FTA – ABS IGM P/DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS MC.	100 unidades	R\$ 10,00	
87.	VDRL P/DETECCÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE MC.	100 unidades	R\$ 2,83	
88.	DOSAGEM DE GORDURA FECAL MC.	100 unidades	R\$ 3,04	
89.	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA) MC.	100 unidades	R\$ 1,65	
90.	PESQUISA DE GORDURA FECAL MC.	110 unidades	R\$ 1,65	
91.	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES MC.	100 unidades	R\$ 1,65	
92.	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS MC.	160 unidades	R\$ 1,65	
93.	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES MC.	130 unidades	R\$ 1,65	
94.	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA MC.	350 unidades	R\$ 3,70	
95.	CLEARANCE DE CREATININA MC.	100 unidades	R\$ 3,51	
96.	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA MC.	100 unidades	R\$ 8,12	
97.	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS) MC.	100 unidades	R\$ 2,04	
98.	DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3 MC.	100 unidades	R\$ 12,54	
99.	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA MC.	100 unidades	R\$ 11,53	
100.	DOSAGEM DE CALCITONINA MC.	100 unidades	R\$ 14,38	
101.	DOSAGEM DE CORTISOL MC.	100 unidades	R\$ 9,86	
102.	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA) MC.	100 unidades	R\$ 11,25	
103.	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT) MC.	100 unidades	R\$ 11,71	
104.	DOSAGEM DE ESTRADIOL MC.	100 unidades	R\$ 10,15	
105.	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA, HCG) MC.	100 unidades	R\$ 7,85	
106.	DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH) MC.	100 unidades	R\$ 10,21	



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

107.	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH) MC.	120 unidades	R\$ 7,89	
108.	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH) MC.	100 unidades	R\$ 8,97	
109.	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH) MC.	100 unidades	R\$ 8,96	
110.	DOSAGEM DE INSULINA MC.	100 unidades	R\$ 10,17	
111.	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO MC.	100 unidades	R\$ 43,13	
112.	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C MC.	100 unidades	R\$ 15,35	
113.	DOSAGEM DE PROGESTERONA MC.	100 unidades	R\$ 10,22	
114.	DOSAGEM DE PROLACTINA MC.	100 unidades	R\$ 10,15	
115.	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1) MC.	100 unidades	R\$ 15,35	
116.	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS) MC.	100 unidades	R\$ 13,11	
117.	DOSAGEM DE TESTOSTERONA MC.	100 unidades	R\$ 10,43	
118.	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE MC.	100 unidades	R\$ 13,11	
119.	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA MC.	100 unidades	R\$ 15,35	
120.	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) MC.	100 unidades	R\$ 8,76	
121.	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) MC.	100 unidades	R\$ 11,60	
122.	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) MC.	100 unidades	R\$ 8,71	
123.	DOSAGEM DE ZINCO MC.	130 unidades	R\$ 15,65	
124.	ANTIBIOGRAMA MC.	100 unidades	R\$ 4,98	
125.	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA MC.	100 unidades	R\$ 13,33	
126.	BACTEROSCOPIA (GRAM) MC.	100 unidades	R\$ 2,80	
127.	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO MC.	120 unidades	R\$ 5,62	
128.	DETERMINAÇÃO DIRETA E RESERVA DE GRUPO ABO MC.	100 unidades	R\$ 1,37	
129.	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) MC.	200 unidades	R\$ 1,37	
130.	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) MC.	120 unidades	R\$ 2,73	

Declaro(mos) que:

Os valores definidos para os serviços compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

Assumo(imos) a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Que os valores definidos para os serviços incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços,



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE **NOVO BARREIRO**

equipamentos, equipe, produtos, deslocamentos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro e quaisquer outros necessários.

Local e data.

PROPONENTE
(Carimbo e Assinatura)



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

ANEXO II PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

DECLARAÇÃO CONJUNTA (modelo)

A empresa _____ (nome da licitante), CNPJ nº _____, endereço (completo) _____, referente ao Edital da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO através de PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO nº 001/2026, DECLARA, sob as penas da Lei, QUE:**

I. Não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;

II. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

III. Que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no Art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração;

IV. Conhece e se submete às condições contidas no Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, bem como, verificou todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que fazem parte do certame;

V. Tem ciência de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes na proposta apresentada, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do objeto;

VI. Não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

VII. Concorda com todas as condições do Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, sem restrições de qualquer natureza e de que, caso vencedora da Licitação, executará o fornecimento pelo preço proposto e de acordo com as normas desta Licitação;

VIII. Tomou CONHECIMENTO de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas à contratação;

IX. Compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

X. Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

Cidade, Estado, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

ANEXO III
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº...../2026

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, CNPJ nº 92.410.521/0001-35, sito na Av. São João Batista, nº 415, na cidade de Novo Barreiro/RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal **SRA. MARCIA RAQUEL RODRIGUES PRESOTTO**, brasileira, portadora do CPF nº 007.326.760-02 e RG nº 1066097328, residente e domiciliada na Av. São João Batista, nº 595, na cidade de Novo Barreiro – RS, doravante denominado de **ÓRGÃO CREDENCIANTE**, e a Empresa inscrição no CNPJ nº, sita na, em/....., neste ato representada por, adiante denominada simplesmente de **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem por objeto o Credenciamento de laboratórios de análises clínicas para a prestação de serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, conforme demanda, com vistas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Novo Barreiro/RS.

1.2. A prestação dos serviços será realizada de acordo com as necessidades e solicitações do Órgão Credenciante, não havendo, portanto, a fixação de quantidade mínima ou máxima de contratações, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, tratando-se de procedimento auxiliar de credenciamento.

1.3. Os serviços compreenderão:

Item	Descrição	Quantidade/ Unidade	Preço pago Por exame R\$	
			Unitário	Total
Valor total global de R\$ (.....)				

1.4. O presente credenciamento não gera, por si só, direito subjetivo à contratação, estando a execução dos serviços condicionada à necessidade, conveniência e disponibilidade



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

orçamentária da Administração Pública, bem como à formal convocação pela Secretaria Requisitante.

1.5. As quantidades indicadas no Edital e neste Termo são meramente estimativas para fins de planejamento orçamentário, não constituindo compromisso, obrigação ou garantia de contratação mínima por parte do Município de Novo Barreiro/RS, em observância ao disposto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este TERMO DE CREDENCIAMENTO os documentos do EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, constante do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026, e, em especial, o Requerimento de Participação e os Documentos de Habilitação da CREDENCIADA.

2.2. Este Termo de Credenciamento/contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público a ele será aplicado, pelos dispositivos instituídos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços deverão ser executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, devendo a CREDENCIADA fornecer profissional técnico capacitado e habilitado, insumos, materiais ou equipamentos necessários a coleta e realização dos exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados.

3.1.1. A empresa CREDENCIADA ficará obrigada a executar os serviços por meio de um POSTO DE COLETA localizado no perímetro urbano de Novo Barreiro/RS, em local específico, de fácil acesso aos munícipes, sendo vedada a subcontratação ou terceirização dos serviços, de acordo com a legislação específica pertinente a atividade.

3.2. A Credenciada deverá:

3.2.1. Prestar os serviços de forma PARCELADA;

3.2.2. Realizar exame(s) laboratorial(is) somente mediante apresentação pelo paciente de autorização do responsável pela Secretaria Municipal da Saúde;

3.2.3. Disponibilizar o(s) resultado(s) do(s) exame(s) para ser(em) retirados pelo usuário do Sistema Municipal de Saúde;

3.2.4. Prestar os serviços dentro das normas técnicas aplicáveis;

3.2.5. Disponibilizar local adequado (espaço próprio ou alugado), localizado no perímetro urbano do Município de Novo Barreiro/RS, para a prestação dos serviços de coleta das amostras e atendimento aos pacientes;

3.2.6. Garantir a perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se inteiramente pela sua realização, e pela fiel observância do objeto do Termo de Credenciamento;

3.2.7. Observar rigorosamente as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde;



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE **NOVO BARREIRO**

3.2.8. Executar os serviços, objeto deste Credenciamento, pelo valor estabelecido no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer quantia adicional aos pacientes atendidos;

3.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao ÓRGÃO CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

3.2.10. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas quanto à execução dos serviços.

3.3. O ÓRGÃO CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela CREDENCIADA, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

3.4. Os serviços que forem prestados de forma deficiente pela CREDENCIADA, gerarão a obrigação desta prestá-lo novamente em outro horário conveniente ao paciente, sem quaisquer custos adicionais.

3.5. A empresa CREDENCIADA, durante a vigência do credenciamento, deve manter-se em situação regular quanto às condições de habilitação, devendo também informar qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, relacionadas às condições de Credenciamento.

3.6. Na prestação dos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados, cabe a CREDENCIADA, ofertar infraestrutura adequada.

3.7. Não poderá haver cobrança de quaisquer valores pelos materiais e produtos utilizados para a prestação dos serviços, sendo de responsabilidade da CREDENCIADA o seu fornecimento e utilização.

3.8. Deverá a CREDENCIADA permitir o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços.

3.9. A CREDENCIADA deve responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a CREDENCIADA e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

3.10. No que se refere aos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados para os pacientes de Novo Barreiro, ficará a cargo da CREDENCIADA todas as despesas com mão de obra, equipamentos e produtos necessários a realização dos serviços, encargos sociais, comerciais e trabalhistas, EPI's necessários, ou quaisquer outra inerentes a execução dos serviços credenciados, não cabendo qualquer ônus ao ÓRGÃO CREDENCIANTE.

3.11. A CREDENCIADA somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, previamente encaminhados e autorizados pelo ÓRGÃO CREDENCIANTE.

3.12. Não há, por parte do ÓRGÃO CREDENCIANTE, obrigatoriedade ou garantia de um número mínimo de serviços a serem executados.

3.13. Os serviços deverão estar em acordo com as normas técnicas pertinentes.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

3.14. A execução dos serviços deve ocorrer dentro das condições contidas no processo licitatório, condicionando a fiscalização e acompanhamento a ser exercido pelo ÓRGÃO CREDENCIANTE, sendo a CREDENCIADA integralmente responsável por imperfeições que forem constatadas, não sendo a vistoria e fiscalização motivo para diminuição de sua responsabilidade por irregularidades verificadas ao final.

3.15. A CREDENCIADA deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Novo Barreiro/RS, para o exercício de 2026, nas seguintes dotações:

05-Secretaria Municipal da Saúde		
0501 10 301 0109 2035 – Manutenção da Secretaria de Saúde...		
0501 10 301 0109 2035 33933900000000 1500 0 – Outros serviços	Saldo: R\$ 0.00	
05-Secretaria Municipal de Saúde		
0501 10 302 0112 2041 - Media/Alta/Com...		
0501 10 302 0112 2041 33933900000000 1500 0 – Outros Serviços	Saldo: R\$ 500,00	
05-Secretaria Municipal de Saúde...		
0502 10 302 0112 2041 - Media/Alta/Com...		
0502 10 302 0112 2041 33933900000000 1600 0 – Outros Serviços	Saldo: R\$ 60.818,75	

4.3. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

5.1. Os casos omissos serão decididos pelo ÓRGÃO CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. Os serviços prestados pela CREDENCIADA serão remunerados de acordo com os valores constantes na CLÁUSULA PRIMEIRA.

6.2. O pagamento será em moeda corrente nacional, sendo realizado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CREDENCIADA.

6.2.1. A CREDENCIADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, o número de sua conta corrente, o Banco e a respectiva Agência, além de mencionar que os serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

de resultado se referem ao CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

6.2.2. O CNPJ da CREDENCIADA constante na Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo administrativo.

6.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o ÓRGÃO CREDENCIANTE atestar a execução dos serviços.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao Credenciamento, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CREDENCIADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o ÓRGÃO CREDENCIANTE.

6.5. O ÓRGÃO CREDENCIANTE efetuará as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, quando for o caso.

6.5.1. A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.6. A inadimplência da CREDENCIADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao ÓRGÃO CREDENCIANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar os serviços credenciados.

6.7. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CREDENCIADA no que se refere à habilitação e qualificação exigidas, bem como na execução do objeto.

6.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CREDENCIADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, caso a compensação entre a sanção e o valor a ser pago não seja suficiente para saldar aquela, hipótese esta que primeiro será realizada a compensação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

7.1. Os valores do presente Termo de Credenciamento não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

8.1. Após a habilitação da CREDENCIADA e divulgação do resultado, a mesma será convocada para assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.2. O ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá encaminhar o Termo de Credenciamento para assinatura ou aceite da CREDENCIADA, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado ou aceito no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

8.3. A recusa injustificada da CREDENCIADA em assinar o Termo de Credenciamento ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO CREDENCIANTE, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão (§ 5º art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Conforme art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Credenciamento regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

9.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado na forma do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O Termo de Credenciamento e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

9.3. Este Termo de Credenciamento poderá ser anulado nos termos do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da planilha de formação de preços.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA ou IGP-M, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado (data da planilha de formação de preços), nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o ÓRGÃO CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer formão possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.9. Caso a CREDENCIADA pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Credenciamento, fica o ÓRGÃO CREDENCIANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

10.9.1. O não cumprimento do prazo constante no item 10.9 não implica em deferimento do pedido por parte do Município.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

10.9.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

10.9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

11.1. O(A) gestor(a) do Termo de Credenciamento, na pessoa do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sr(a). ou outro(a) que vier a substituí-lo(a), coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de Credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico do Termo de Credenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.2 O(A) gestor(a) do Termo de Credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Termo de Credenciamento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.3. O(A) gestor(a) do Termo de Credenciamento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1. O objeto deste Termo de Credenciamento será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA:

13.1. São obrigações e responsabilidades da CREDENCIADA:

a) Cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e no Termo de Credenciamento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) Executar os serviços, objeto deste Credenciamento, com presteza e rapidez, dentro das normas técnicas aplicáveis, e de forma parcelada, conforme demanda do Município;

c) Executar os serviços, objeto deste Credenciamento, pelo valor estabelecido no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer quantia adicional aos pacientes atendidos;

d) Disponibilizar local adequado (espaço próprio ou alugado), localizado no perímetro urbano do Município de Novo Barreiro/RS, para a prestação dos serviços de coleta das amostras e atendimento aos pacientes;

e) Dispor de pessoal técnico qualificado e habilitado, além de materiais e equipamentos para a realização dos serviços, incluídas as despesas com os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE **NOVO BARREIRO**

f) Realizar o(s) exame(s) laboratorial(is) somente mediante apresentação pelo paciente de autorização do responsável pela Secretaria Municipal da Saúde;

g) Disponibilizar o(s) resultado(s) do(s) exame(s) para ser(em) retirados pelo usuário do Sistema Municipal de Saúde;

h) Garantir a perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se inteiramente pela sua realização, e pela fiel observância do objeto do Termo de Credenciamento;

i) Observar rigorosamente as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

j) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado;

j) Atender a legislação acerca da segurança, higiene, e medicina do trabalho, devendo disponibilizar aos seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ou Coletivos (EPC's) adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes, em especial ao previsto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego contidas na Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978;

k) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas em caso de ocorrência de acidentes de trabalho quando vitimados seus empregados durante a execução dos serviços

l) Responder pelo pagamento dos salários devidos à mão de obra empregada nos serviços, pelas despesas relativas à encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados;

m) Manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução do objeto;

n) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento;

o) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da formalização;

p) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas quanto à execução dos serviços;

q) Indenizar terceiros e o CREDENCIANTE, em relação a todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços objeto deste edital, ou após o seu término, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 15.133/21;

r) Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do Termo de Credenciamento;

s) Não transferir a outrem, no todo ou parte, o objeto do Termo de Credenciamento a ser firmado, sem prévia anuência do Município.

13.1.1. A atuação da fiscalização da Prefeitura não exime a Credenciada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

13.1.2. Os serviços que forem prestados de forma deficiente ou não forem considerados satisfatórios a juízo do representante do Município, gerarão a obrigação de prestá-lo novamente em outro horário conveniente ao paciente, sem quaisquer custos adicionais.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO CREDENCIANTE:

14.1. São obrigações e responsabilidades do ÓRGÃO CREDENCIANTE:

- a. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
 - b. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CREDENCIADA, relacionados com o objeto pactuado;
 - c. Comunicar por escrito a CREDENCIADAS quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência e deste Termo;
 - d. Efetuar os pagamentos devidos a CREDENCIADA nos prazos estipulados no Termo de Credenciamento, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, observada a ordem para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
 - e. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 - f. Rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - g. Comunicar a CREDENCIADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que seja refeito, reparado ou corrigido;
 - h. Aplicar as sanções na forma dos arts. 104 e 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.1.1. O ÓRGÃO CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.1.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO CREDENCIANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do ÓRGÃO CREDENCIANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Credenciada com outra pessoa jurídica, desde que:
- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Credenciamento original;
 - b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento;
 - c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:

16.1. A execução deste Termo de Credenciamento será acompanhada e fiscalizada por Servidor Municipal, representante da Administração, especialmente designado como Fiscal, conforme Portaria nº/..., e conforme requisitos estabelecidos no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

16.2. O fiscal deste Termo de Credenciamento anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.3. O fiscal deste Termo de Credenciamento informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

16.4. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

16.5. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no subitem 16.1, deverão ser observadas as seguintes regras:

a. A CREDENCIADA assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Termo de Credenciamento;

b. A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Termo de Credenciamento, nos limites das informações recebidas do terceiro.

16.6. A CREDENCIADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Credenciamento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

16.7. A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Termo de Credenciamento, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

16.8. Somente a CREDENCIADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Credenciamento.

16.8.1. A inadimplência da CREDENCIADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais, ambientais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Termo de Credenciamento.

16.9. O ÓRGÃO CREDENCIANTE terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos Termos de Credenciamento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Termo de Credenciamento.

16.9.1. Concluída a instrução do requerimento, o ÓRGÃO CREDENCIANTE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.10. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

16.11. O ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá determinar a paralisação dos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados por ocasião do acompanhamento, fiscalização, e/ou inexecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

17.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a CREDENCIADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Credenciamento.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Termo de Credenciamento.

17.4. Conforme estabelecido no art. 130 da Lei nº 14.133/2021, caso haja alteração unilateral do Termo de Credenciamento que aumente ou diminua os encargos da Credenciada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

17.5. A extinção do Termo de Credenciamento não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

17.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Termo de Credenciamento e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

17.7. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela Credenciada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do Termo de Credenciamento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

17.8. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio Termo de Credenciamento;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Termo de Credenciamento;
- c) Alterações na razão ou na denominação social da CREDENCIADA;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO:

18.1. O ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I – Pedido formalizado pela CREDENCIADA;
- II – Perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;
- III – Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pela CREDENCIADA;
- IV – Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao Credenciamento.

18.1.1. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item 18.1. não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais Termos de Credenciamento assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

18.1.2. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, do item 18.1, além do descredenciamento a CREDENCIADA estará sujeito à aplicação das sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. O ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o Credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional da CREDENCIADA, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

18.3. Quando houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

18.4. O ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços de coleta, realização de exames laboratoriais, emissão e distribuição de resultados para os pacientes de Novo Barreiro, objeto deste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

19.1. Constituirão motivos para a extinção do Termo de Credenciamento, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

13.2. A extinção do Termo de Credenciamento poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito do ÓRGÃO CREDENCIANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do ÓRGÃO CREDENCIANTE;
- c. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral do ÓRGÃO CREDENCIANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.4. A extinção determinada por ato unilateral do ÓRGÃO CREDENCIANTE poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

13.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

20.1. Não haverá exigência de Garantia contratual, porém a CREDENCIADA deverá observar a plena obediência a todas as normas e legislações específicas vigentes.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES:

21.1. É vedado a CREDENCIADA:

- a. caucionar ou utilizar este Termo de Credenciamento para qualquer operação financeira;
- b. interromper a execução do fornecimento, sob alegação de inadimplemento por parte do ÓRGÃO CREDENCIANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS:

22.1. O regime jurídico de contratos instituídos pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- I. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CREDENCIADA;
- II. Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei;
- III. Fiscalizar sua execução;
- IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- V. Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do Termo de Credenciamento nas hipóteses de:
 - a) risco à prestação de serviços essenciais;
 - b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela CREDENCIADA, inclusive após extinção do Termo de Credenciamento.

22.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos Termos de Credenciamento não poderão ser alteradas sem prévia concordância da CREDENCIADA.

22.3. Na hipótese de modificação unilateral, as cláusulas econômico-financeiras do Termo de Credenciamento deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES:

23.1. Conforme previsto no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, a CREDENCIADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento;
- II. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento que cause grave dano à ÓRGÃO CREDENCIANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do Termo de Credenciamento;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para o Credenciamento, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Credenciamento sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Credenciamento ou a execução do Termo de Credenciamento;



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE **NOVO BARREIRO**

IX. Fraudar o Credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Credenciamento;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A sanção prevista no inciso I do subitem 23.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.5. A sanção prevista no inciso II do subitem 23.2, calculada na forma do edital ou do Termo de Credenciamento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Termo de Credenciamento celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 23.1.

23.6. A sanção prevista no inciso III do subitem 23.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V do subitem 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.7. A sanção prevista no inciso IV do subitem 23.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 23.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 23.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 23.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.7.1. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 23.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul



PREFEITURA DE NOVO BARREIRO

23.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 23.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

23.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CREDENCIADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

24.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste Termo de Credenciamento, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

24.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da CREDENCIADA ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

24.3. As partes considerarão cumprido o Termo de Credenciamento no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

24.4. O presente Termo de Credenciamento será publicado no Site Oficial do Município e no PNCP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Palmeira das Missões/RS para dirimir os casos omissos ao presente contrato.

25.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Novo Barreiro/RS,de.....de 2026.

XXXXXXXXXX

**MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS
CONTRATANTE**

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

CREDENCIADA

Testemunhas/Fiscais do contrato, designados por meio da Portaria Municipal nº/202....:



CNPJ: 92.410.521/0001-35

Fone/Fax (0xx55) 3757 - 1100 - E-mail: prefeitura@novobarreiro.rs.gov.br

Av. São João Batista, 415 - Centro - CEP 98.338-000 - Novo Barreiro - Rio Grande do Sul